Banco Andbank (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial Referentes ao Semestre Findo em 30 de Junho de 2022 e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório da Administração **1**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanço patrimonial **7**

Demonstração do resultado **8**

Demonstração do resultado abrangente **9**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto **11**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **12**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Desempenho nos Negócios

- O Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco" ou "Andbank Brasil") apresentou prejuízo no semestre findo em 30 de junho de 2022 de R$ 17.075 (prejuízo de R$ 8.142 no 1º semestre de 2021). Apesar do resultado adverso, o Banco vem expandindo consideravelmente sua carteira sob gestão através da prospecção de novos agentes autônomos e de novas parcerias. Desta forma, o Banco vem se consolidando no segmento Private no Brasil gerando facilidades para concentrar investimentos e gerenciamento de fluxo de caixa de pessoas físicas e jurídicas. Assim, a atuação do Andbank Brasil tem características de inovação, flexibilidade e complementariedade para clientes de alta renda e patrimônio elevado.

- **Agência de Rating**

  É com muito orgulho que compartilhamos a primeira avaliação nacional realizada pela **Fitch Ratings** concedeu em 21 de setembro de 2021 a nota **AAA(bra)** com perspectiva estável para o Andbank Brasil, a mais alta na escala de avaliação da agência.

  O aumento rápido do número de clientes e do volume dos nossos negócios no Brasil por meio dos investimentos realizados ao longo dos últimos anos, a alta capacidade de suporte do grupo Andbank e os novos aportes que são esperados para que o Andbank Brasil possa desenvolver sua operação localmente, são alguns dos diferenciais relatados pela Fitch.

  O fato de sermos uma filial de um grupo que possui presença em diversos mercados e que conta com um modelo de negócio especializado na gestão de patrimônio, principalmente em private banking, resulta em uma capacidade única de boas oportunidades de originação de negócios, direcionadas especialmente para nossos clientes.

  Esta conquista destaca, entre muitos outros pontos, a importância estratégica do Brasil para a expansão internacional do grupo Andbank, que considera o país um dos mercados com maior potencial de crescimento a longo prazo.

  Entendemos que a nota máxima emitida pela agência confirma a solidez do nosso banco, o comprometimento da matriz com a operação brasileira e o excelente trabalho que toda uma equipe vem realizando.

BACEN – Circular nº 3.068/01

Declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R$ 67.812, em 31 dezembro de 2021.

Estrutura de gerenciamento de riscos

- ## Índice da Basileia

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado nos encerramentos trimestrais de 2021 e de 2022:

	Patrimônio de Referencia	PR Exigido (RWA)	Índice Basileia
2021			
Março	33.863	28.035	9,66%
Junho	101.794	38.699	21,04%
Setembro	97.470	30.205	25,81%
Dezembro	92.690	16.877	43,93%
2022			
Março	82.398	22.307	29,55%
Junho	76.460	20.441	29,92%

- ## Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Banco conta com instrumentos de controle e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas, os casos são submetidos para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações.

São Paulo, 29 de agosto de 2022.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Andbank (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras previstas na Resolução CMN nº 4.950/21 e nas regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a qual divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.950/21 e as regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Evento Subsequente – Transferência do controle acionário do Banco

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 27 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a qual divulga que, em 6 de julho de 2022, foi firmado contrato de compra e venda de ações entre Andorra Bank Agricol Reig S.A. e a Creditas Financial Solutions, LLC, para a transferência do controle acionário do Banco e de sua controlada Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("DTVM"), incluindo planos de reestruturação societária envolvendo o Banco e a DTVM. O fechamento da referida operação de compra e venda está condicionada à aprovação das autoridades relevantes e atendimento de outras condições estabelecidas no contrato entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras para fins gerais

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório do auditor independente sem modificação em 29 de agosto de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.950/21 e as regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e sua controlada continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.950/21 e das regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a norma brasileira NBC TA 800 - Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Conglomerado para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Conglomerado e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Victor Vinicius Zanetin Zavagli
Contador
CRC nº 1 SP 289692/O-4

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Banco Andbank (Brasil) S.A.
(Instituição líder do conglomerado)
Balanço patrimonial do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Junho 2022	Dezembro 2021
Circulante		**52.816**	**83.428**
Disponibilidades	3	**685**	**332**
Instrumentos financeiros		**22.596**	**35.984**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	-	13.698
Títulos e valores mobiliários	4	22.596	22.286
Carteira própria		19.317	19.162
Vinculados a prestação de garantias		3.279	3.124
Relações interfinanceiras	5	**802**	**1.031**
Créditos vinculados		802	1.031
Operações de crédito		**14.377**	**29.922**
Setor privado	6	14.505	30.074
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(128)	(152)
Outros créditos		**10.499**	**13.328**
Rendas a receber	8 a.	3.515	3.118
Ativo fiscal corrente		961	1.232
Diversos	8 b.	6.023	8.978
Outros valores e bens	10	**3.857**	**2.831**
Outros valores e bens		306	306
Despesas antecipadas		3.579	2.553
(Provisão para outros valores e bens)		(28)	(28)
Não circulante		**184.697**	**187.988**
Instrumentos financeiros		**126.481**	**131.505**
Títulos e valores mobiliários	4	**126.481**	**131.505**
Carteira própria		121.648	100.852
Vinculados a operações compromissadas		4.241	-
Vinculados a prestação de garantias		592	30.653
Operações de crédito		**7.813**	**11.221**
Setor privado	6	7.853	11.274
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(40)	(53)
Outros créditos		**37.400**	**37.645**
Rendas a receber	8 a.	1.934	2.357
Ativo fiscal corrente		45	71
Ativo fiscal diferido	9	33.135	33.441
Diversos	8 b.	2.286	1.776
Outros valores e bens	10	**13.003**	**7.617**
Despesas antecipadas		13.003	7.617
Permanente		**125.751**	**133.315**
Imobilizado de uso	11 a.	**4.727**	**4.362**
Outras imobilizações de uso		11.104	10.037
(Depreciações acumuladas)		(6.377)	(5.675)
Intangível	11 b.	**121.024**	**128.953**
Ativos intangíveis		81.128	79.219
Ágio na combinação de negócios		80.327	80.327
Ágio na aquisição de investimentos		673	673
(Amortizações acumuladas)		(41.104)	(31.266)
Total do ativo		**363.264**	**404.731**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Junho 2022	Dezembro 2021
Circulante		**96.217**	**121.627**
Depósitos	12	**69.613**	**86.571**
Depósitos à vista		24.205	21.677
Depósitos a prazo		45.408	64.894
Instrumentos financeiros		**4.200**	**-**
Obrigações compromissadas		4.200	-
Outras obrigações		**22.404**	**35.056**
Negociação e intermediação de valores	13 c.	2.636	5.401
Obrigações fiscais	13 a.	1.203	2.305
Diversas	13 b.	18.565	27.350
Não circulante		**40.854**	**39.763**
Depósitos	12	**5.215**	**2.877**
Depósitos a prazo		5.215	2.877
Outras obrigações		**35.639**	**36.886**
Diversas	13 b.	29.427	31.185
Provisões	14	6.212	5.701
Patrimônio líquido	16	**226.193**	**243.341**
Capital		**317.106**	**317.106**
De domiciliados no exterior	16.a	317.106	317.106
Reserva de capital	16.b	2.482	2.569
Outros resultados abrangentes	16.d	(1.616)	(1.543)
Prejuízos acumulados		(91.779)	(74.791)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**363.264**	**404.731**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A.
(Instituição líder do conglomerado)
Demonstração do resultado do conglomerado prudencial
Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		**12.824**	**18.867**
Operações de crédito		1.864	2.598
Resultado com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez	4 d.	11.326	16.351
Resultado de Operações de Câmbio		(366)	(82)
Despesas da intermediação financeira		**(3.199)**	**(1.876)**
Operações de captação no mercado		(3.236)	(1.784)
Constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	37	(92)
Resultado bruto da intermediação financeira		**9.625**	**16.991**
Outras receitas/despesas operacionais		**(26.345)**	**(27.569)**
Receitas de prestação de serviços	17	16.207	19.678
Despesas de pessoal	18	(17.109)	(15.751)
Outras despesas administrativas	19	(17.646)	(26.142)
Despesas tributárias		(2.359)	(2.603)
Outras receitas operacionais	20	7.581	8.291
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	21	(596)	(371)
Outras despesas operacionais	21	(12.423)	(10.671)
Resultado operacional		**(16.720)**	**(10.578)**
Resultado não operacional		10	3.302
Resultado antes da tributação sobre o resultado		**(16.710)**	**(7.276)**
Imposto de renda e contribuição social		**(365)**	**(866)**
Imposto diferido	22	(365)	(866)
Imposto de renda	22	-	-
Contribuição social	22	-	-
Prejuízo do semestre		**(17.075)**	**(8.142)**
Quantidade de ações ordinárias		590.939.513	590.939.513
Prejuízo por ação - R$		(0,0289)	(0,0138)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A.
(Instituição líder do conglomerado)
Demonstração dos resultados abrangentes do conglomerado prudencial
Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Prejuízo líquido do semestre	**(17.075)**	**(8.142)**
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido dos efeitos fiscais	(73)	(151)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	87	87
Resultado abrangente total	**(17.061)**	**(8.206)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A.
(Instituição líder do conglomerado)
Demonstração das mutações do patrimônio líquido prudencial
Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2021		**251.871**	**2.743**	**(105)**	**(55.806)**	**198.703**
Aumento do capital social (aprovado pelo Banco Central em 17/05/2021)	16.a.	65.235	-	-	-	65.235
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(151)	-	(151)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(87)	-	87	-
Resultado do semestre		-	-	-	(8.142)	(8.142)
Saldo em 30 de junho de 2021		**317.106**	**2.656**	**(256)**	**(63.861)**	**255.645**
Saldo em 1° de janeiro de 2022		**317.106**	**2.569**	**(1.543)**	**(74.791)**	**243.341**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(73)	-	(73)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(87)	-	87	-
Resultado do semestre		-	-	-	(17.075)	(17.075)
Saldo em 30 de junho de 2022		**317.106**	**2.482**	**(1.616)**	**(91.779)**	**226.193**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A.
(Instituição líder do conglomerado)
Demonstração dos fluxos de caixa do conglomerado prudencial - método indireto
Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) do semestre		**(17.075)**	**(8.142)**
Depreciação e amortização	21	6.124	3.898
Reversão de acordo operacional	20	(6.235)	-
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	(37)	92
Provisão para riscos	14	510	371
Amortização do ágio	21	4.421	4.478
Atualização de depósito judicial	20	(100)	(33)
Impostos diferidos	22	365	866
Perda na alineação de imobilizado		-	5
(Prejuízo) Lucro ajustado		**(12.027)**	**1.535**
Variação de ativos e passivos		**1.665**	**(78.053)**
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		4.641	(98.912)
Redução (Aumento) em relações interfinanceiras		229	(174)
Redução (Aumento) em operações de crédito		18.991	(4.526)
(Aumento) Redução em outros créditos e outros valores e bens		(3.603)	110
(Redução) Aumento em depósitos		(14.620)	31.791
Aumento em obrigações compromissadas		4.200	-
(Redução) em outras obrigações		(8.173)	(6.342)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais		**(10.362)**	**(76.518)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de intangível		(1.910)	(493)
Aquisição de imobilizado		(1.073)	(136)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(2.983)**	**(629)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de Capital Social	16	-	65.235
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**-**	**65.235**
(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(13.345)**	**(11.912)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	14.030	49.645
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	685	37.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

Em 08 de janeiro de 2015 foi realizada, após aprovação do Banco Central, a aquisição do controle acionário do Banco Bracce S.A. por Andorra Banc Agrícol Reig S.A. ("Andbank" ou "Controlador"), mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A. para Banco Andbank (Brasil) S.A. O Andbank adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco" ou "Andbank Brasil") com o objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro.

O grupo Andbank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse segmento no curto e longo prazo. O Banco está atuando na distribuição de fundos de investimento por conta e ordem, realização de operações estruturadas e de mercado de capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de registro de operações, custódia, entre outros.

O Banco continua em processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são BackOffice e Front Office, com a criação de um novo portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, consequentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário ativado conforme nota explicativa nº 9. Não obstante, existe o compromisso e a capacidade do Controlador em realizar aportes para suportar os referidos investimentos e a continuidade operacional do Banco.

Adicionalmente, o Grupo Andbank Brasil tem aumentado significativamente os recursos sob distribuição com o modelo de acordos operacionais. Em 23 de março de 2018, foi assinado o acordo operacional com o Grupo Triar Agentes Autônomos ("Triar") e em 03 de julho de 2019, foi assinado acordo semelhante com o Grupo Capital Serviços de Agente Autônomo de Investmento Ltda ("Capital").

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional no curso normal dos negócios do Banco, que está suportado por um plano de negócios focado na consolidação da entidade no segmento Private no Brasil, incluindo a realização de acordos operacionais. Nesse contexto, considerando o compromisso do Controlador com o plano de negócio, e em suportar o Grupo no Brasil (investidas diretas e indiretas do Controlador constituídas no Brasil) com eventuais aportes de capital, além dos resultados apresentados, não há fatores relevantes que tragam incerteza quanto à continuidade do Banco.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ("Conglomerado" ou "Banco") foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) já aprovados pelo CMN, quando conflitantes às normas, prevalecerá as do BACEN.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado, de propósito especial, foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil – BACEN.

Conforme Resolução CMN n.º 4.818/2020 e seus normativos complementares, a partir de 01/01/2020 foram alterados os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras até então vigentes.

Conforme disposto no artigo 34, da Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos os efeitos líquidos de impostos dos eventos não recorrentes do Banco (nota 26).

As demonstrações financeiras incluem as demonstrações do Banco Andbank e de sua controlada direta Andbank DTVM (99,98% de participação do Banco).

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de rais, que representa a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de agosto de 2022.

2.2 Principais práticas contábeis

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e/ou aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data base das demonstrações financeiras.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado;

- **Títulos disponíveis para venda**: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e

- **Títulos mantidos até o vencimento**: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

  Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

  Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

  A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

2.2.4 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "resultado com instrumentos derivativos". As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 4c. destas demonstrações financeiras.

2.2.5 Operações de crédito

As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas "pro rata" com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59° dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

2.2.6 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

2.2.7 Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano.

2.2.8 Ativos intangíveis

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade, bem como também é composto por registro de valores pagos na aquisição de diretos contratuais ou outros direitos legais de proteção, ou de outro tipo de controle, referentes ao relacionamento com os clientes. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

2.2.9 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "*impairment*" se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "*impairment*" são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "*impairment*".

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve reconhecimento de perda por "impairment".

2.2.10 Impostos

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103, que majorou novamente a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20%, a partir de março de 2020, aplicável apenas para Bancos. Em 01 de março de 2021 foi publicada a Medida Provisórioa nº 1.034 (convertida em Lei nº 14.183 em 14 de julho de 2021) que alterou a alíquota da Contribuição

Social sobre Lucro Líquido – CSLL de 20% para 25%, a ser aplicada no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021 apenas para Bancos, retornando para a alíquota de 20% a partir de janeiro de 2022. Em 28 de abril de 2022 foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, em que a CSLL para as distribuidoras de valores mobiliários foi majorada em 1% (16%), para o período-base compreendido entre 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 4º da Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

2.2.11 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas para os seguintes itens:

Item	Nota
Valor justo dos instrumento financeiros	4
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7
Redução ao valor recuperável (impairment) do ágio	11
Provisões, contingências e obrigações legais	14
Imposto de renda e contribuição social diferido	22

2.2.12 Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.2.13 Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação;

- **Provisões –** referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada; e

  Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.2.14 Outros Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

2.2.15 Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado linearmente com base em estudo técnico de alocação do preço pago (PPA – *"Purchase Price Allocation"*) e submetido semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

2.2.16 Investimentos

O investimento em sociedade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

2.2.17 Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre

simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras.

2.2.18 Participações no resultado

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.2.19 Lucro (prejuízo) líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

2.2.20 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2.2.21 Alterações de normas contábeis

Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*".

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- **CPC 00 (R2)** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12 e revogado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08 e revogado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

- **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;

- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

- **CPC 04 (R1) -** Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;

- **CPC 05 (R1)** - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;

- **CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11 e revogado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

- **CPC 24** - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20;

- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;

- **CPC 27 -** Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;

- **CPC 33** (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20.

- **CPC 41** - Resultado por ação – homologado pela Circular nº 3.959/19 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20. O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º. da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento.

- **CPC 46** - Mensuração do valor justo – tema consolidado pela Resolução CMN nº 4.924/21; e

- **CPC 47** – Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Norma	Vigência
CPC 06 (R2) – Arrendamentos – homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21 (i)	01/01/2025
Resolução CMN nº 4.966 – Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge. (ii)	01/01/2025

(i) Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.

(ii) O Banco Central ainda emitirá normas complementares. Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Disponibilidades	178	141
Disponibilidades em moeda estrangeira	507	191
Total disponibilidades	**685**	**332**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	-	13.698
Total de caixa e equivalentes de caixa	**685**	**14.030**

(a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1.

4 Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros estavam assim compostos:

a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:

	2022			2021		
Títulos para negociação	**Custo atualizado**	**Valor contábil/ Mercado**	**Valor Ajuste a mercado**	**Custo atualizado**	**Valor contábil/ Mercado**	**Valor Ajuste a mercado**
Carteira própria:						
Debêntures	10.223	9.984	(239)	-	-	-
Certificados de recebíveis agrícolas	1.639	1.599	(40)	-	-	-
Letras de créditos imobiliários	1.291	1.297	6	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	6.596	6.437	(159)			
	19.749	**19.317**	**(432)**	**-**	**-**	**-**
Vinculados à prestação de garantias (i):						
Cotas de fundos de investimentos (ii)	-	-	-	3.124	3.124	3.124
	-	**-**	**-**	**3.124**	**3.124**	**3.124**
Subtotal	**19.749**	**19.317**	**(432)**	**3.124**	**3.124**	**-**
Títulos Disponíveis para venda						
Carteira própria:						
Debêntures	433	167	(266)	325	168	157
Letras do tesouro nacional	41.893	39.271	(2.622)	66.152	63.503	(2.649)
Letras financeiras do tesouro	11.857	11.856	(1)	19.172	19.172	-
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	12	12	-
	54.183	**51.294**	**(2.889)**	**85.661**	**82.855**	**(2.806)**
Vinculados a operações compromissadas:						
Letras do tesouro nacional	4.266	4.241	(25)	-	-	-
	4.266	**4.241**	**(25)**	**-**	**-**	**-**
Vinculados à prestação de garantias (i):						
Letras do tesouro nacional	617	592	(25)	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos (ii)	3.279	3.279	-	-	-	-
	3.896	**3.871**	**(25)**	**-**	**-**	**-**

Subtotal	**62.345**	**59.406**	**(2.939)**	**85.661**	**82.855**	**(2.806)**
Títulos mantidos até o vencimento						
Carteira própria:						
Letras do tesouro nacional	70.354	70.354	-	37.159	37.159	-
	70.354	**70.354**	**-**	**37.159**	**37.159**	**-**
Vinculados à prestação de garantias (i):						
Letras do tesouro nacional	-	-	-	30.653	30.653	-
	-	**-**	**-**	**30.653**	**30.653**	**-**
Subtotal	**70.354**	**70.354**	**-**	**67.812**	**67.812**	**-**
Total	**152.448**	**149.077**	**(3.371)**	**156.597**	**153.791**	**(2.806)**

i) Os títulos vinculados à prestação de garantias são: Títulos Públicos para garantir operações de contratos futuros na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão e as cotas do fundo de investimento caucionados em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios de aluguel.

ii) As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil das datas de balanço.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários.

Títulos para negociação e títulos disponíveis para venda foram classificados de acordo com os seguintes níveis em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

- Nível 1: títulos e valores mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo.
- Nível 2: títulos e valores mobiliários que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos, considerando inputs observáveis.
- Nível 3: títulos e valores mobiliários para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2022			**2021**		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Títulos para negociação	**6.437**	**12.880**	**19.317**	**3.124**	**-**	**3.124**
Cotas de fundos imobiliários	6.437	-	6.437	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	3.124	-	3.124
Debêntures	-	9.984	9.984	-	-	-
Certificados de recebíveis agrícolas	-	1.599	1.599	-	-	-
Letra de crédito imobiliário	-	1.297	1.297	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	**59.239**	**167**	**59.406**	**82.687**	**168**	**82.855**
Cotas de fundos de investimentos	3.279	-	3.279	-	-	-
Letras do tesouro nacional	44.104	-	44.104	63.503	-	63.503
Letras financeiras do tesouro	11.856	-	11.856	19.172	-	19.172
Debêntures	-	167	167	-	168	168
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	12	-	12

b. Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários:

	Junho 2022 (i)	Dezembro 2021 (i)
Sem vencimento (ii)	9.716	3.124
A vencer até 360 dias	-	19.162
A vencer acima de 360 dias	139.361	131.505
Total	**149.077**	**153.791**

i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

ii) Cotas de fundos são classificados como sem vencimento, independentemente da sua classificação contábil.

c. Instrumentos financeiros derivativos – Negociação

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura local de risco de mercado dos investimentos do grupo no Brasil, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia global do Grupo Andbank estabelecidas pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe.

Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apreçamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

Os contratos de Futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de colaterais para manter as posições abertas.

Assim, a área de riscos do Banco projeta em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco que apesar de diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada.

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores” (vide nota 13c). O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R$ 592 (R$ 30.653 em 2021). A posição em 30 de junho de 2022 tem vencimento para 15 de agosto de 2028 e valor contratual de R$ 8.073. Os valores referenciais estão registrados em contas de compensação.

d. Resultados reconhecidos com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez

	Junho 2022	Junho 2021
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	381	666
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	10.778	10.643
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo - NDF (i)	-	13.476
Resultado sobre contrato de futuro	167	(8.434)
Total	**11.326**	**16.351**

(i) O total de ajuste de marcação a mercado, registrado no resultado foi de R$ 1.354 em 2021.

O valor de ajuste de marcação a mercado negativo, referente aos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, em 30 de junho de 2022 foi de R$ 1.616 (R$ 1.543 em 2021) e estão registrados na rubrica ajustes de avaliação patrimonial no Balanço Patrimonial, líquido dos efeitos tributários.

5 Relações interfinanceiras

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

6 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	Junho 2022	Dezembro 2021
Cédula de crédito bancário (CCB)	22.354	40.724
Adiantamento a depositantes	4	624
Subtotal operações de crédito	**22.358**	**41.348**
Total	**22.358**	**41.348**
Operações de crédito no ativo	14.505	30.074
Operações de crédito no ativo não circulante	7.853	11.274

b. Diversificação da carteira por vencimento

	Junho 2022				Dezembro 2021	
	A vencer		Vencidos		Total	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Vencidos:						
De 1 a 14 dias	-	-	1.905	100,00	624	1,51
A vencer:						
Até 90 dias	5.136	25,11	-		12.587	30,45
De 91 a 180 dias	4.040	19,75	-		4.140	10,01
De 181 a 360 dias	3.424	16,74	-		12.723	30,77
Acima 360 dias	7.853	38,40	-		11.274	27,26
Total	**20.453**	**100,00**	**1.905**	**100,00**	**41.348**	**100,00**

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	Junho 2021		Dezembro 2021	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor privado:				
Serviços	-	-	16.347	39,53
Pessoas físicas	21.189	94,77	25.001	60,47
Outros serviços	1.169	5,23	-	-
Total	**22.358**	**100,00**	**41.348**	**100,00**

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	Junho 2022		Dezembro 2021	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior devedor	4.615	20,64	12.843	31,06
Dez maiores seguintes	12.566	56,20	20.857	50,44
Demais devedores	5.177	23,16	7.648	18,50
Total	**22.358**	**100,00**	**41.348**	**100,00**

e. Composição da carteira por nível de risco

		Dezembro 2021				Dezembro 2021	
Nível de risco	**% provisão**	**Curso normal**	**Vencidas**	**Total da carteira**	**Provisão**	**Total da carteira**	**Provisão**
AA	-	3.960	-	3.960	-	6.430	-
A	0,5	8.907	4	8.911	(46)	28.877	(145)
B	1,0	8.063	-	8.063	(81)	6.041	(60)
C	3,0	1.424	-	1.424	(43)	-	-
Total		**22.354**	**4**	**22.358**	**(168)**	**41.348**	**(205)**

Nos semestres findo em 30 de junho de 2022 e de 2021 não foram registradas baixas de crédito para prejuízo, bem como não houve recuperações de valores baixados para prejuízo. Em 2022 não houve renegociação de operações de crédito (R$ 8.059 em 2021).

7 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	Junho 2022	Junho 2021
Saldo inicial	205	145
Constituição de provisão líquida de reversões	(37)	92
Total	**168**	**237**

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

	2022	2021
Comissões e corretagens a receber (a)	2.657	2.235
Contas a receber venda de bem (b)	2.792	3.240
Total	**5.449**	**5.475**
Ativo circulante	3.515	3.118
Ativo não circulante	1.934	2.357

(a) Referem-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos e rebate de fundos.

(b) Refere-se a contas a receber pela venda de bem imóvel recebido em garantia o qual estava registrado em Outros Valores e Bens.

b. Diversos

	2022	2021
Devedores por depósito em garantia (nota 14)	2.286	1.776
Partes relacionadas - valores a receber de partes relacionadas (nota 15)	4.314	5.769
Operações a liquidar com bolsa	912	2.257
Devedores diversos	117	698
Outros	680	254
Total	**8.309**	**10.754**
Ativo circulante	6.023	8.978
Ativo não circulante	2.286	1.776

9 Ativos fiscais diferidos

Em consonância com a resolução 4.842/20, emanada pela CMN, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições:

I Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência;

II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2021	Constituição (Reversão)	Realização	Saldo 30/06/2022
Diferenças temporárias líquidas				
Provisão contingência trabalhista	348	78	(28)	398
Provisão devedores duvidosos	65	23	-	88
Processos cíveis	357	488	-	845
Processos fiscais	320	59	(56)	323
Bônus	768	571	(768)	571
Provisão com comissões	928	621	(928)	621
Outras provisões para pagamento	117	132	(117)	132
Ajuste valor de mercado (TVM) (i)	1.465	(16)	-	1.449
Total referente a diferenças temporárias	**4.368**	**1.956**	**(1.897)**	**4.427**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	29.073	(365)	-	28.708
Total (ii)	**33.441**	**1.591**	**(1.897)**	**33.135**

(i) A movimentação de R$ 16 negativo representa os valores de R$ 43 positivo e R$ 59 negativo, registrados respectivamente no patrimônio líquido e resultado.

(ii) Os ativos fiscais diferidos são classificados em sua totalidade como não circulante.

A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 19,3% em 2022, 75,9% em 2023 e 4,8% em 2026.

Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, o valor presente é de R$ 27.347 em 30 de junho de 2022 (R$ 18.453 em 2021).

Em 30 de junho de 2022, o Banco possui o montante de R$ 33.135 ativados referente a créditos tributários (R$ 33.441 em 31 de dezembro de 2021). Em 30 de junho de 2022, o Banco possuía R$ 10.489 de créditos tributários não ativados (R$ 4.783 em 2021), sendo R$ 9.262 de prejuízo fiscal e base negativa, e R$ 1.227 de diferenças temporárias, enquanto que a Distribuidora possui créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2022 no valor de R$ 525 (R$ 506 em 2021), sendo R$ 510 de prejuízo fiscal e base negativa, e R$ 15 de diferenças temporárias.

10 Outros valores e bens

	2022	2021
Despesas antecipadas (a)	16.582	10.170
Bens não de uso próprio	306	306
Total	**16.888**	**10.476**
Provisão com bens não de uso próprio	(28)	(28)
Total	**16.860**	**10.448**
Ativo circulante	3.857	2.831
Ativo não circulante	13.003	7.617

(a) Inclui R$ 16.271 (R$ 10.170 em 2021) referente a signing bonus de retenção pagos a agentes autônomos e funcionários.

11 Permanente

a. Imobilizado de uso

		2022			2021
	Taxa de depreciação	**Imobilizado**	**Dep. acumulada**	**Total**	**Total**
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10% a.a.	7.983	(3.391)	4.537	4.076
Equipamentos de informática/comunicação	10% a.a.	3.020	(2.836)	184	271
Equipamentos de segurança	20% a.a.	101	(95)	6	15
Total		**11.104**	**(6.377)**	**4.727**	**4.362**

b. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	2022			2021
		Intangível	Amortização acumulada	Total	Total
Ativos intangíveis	(a) (c)	81.128	(21.530)	59.598	63.106
Ágio na combinação de negócios	(b) (c)	80.327	(18.901)	61.426	65.847
Ágio na aquisição de investimentos (d)	20% a.a.	673	(673)	-	-
Total		**162.128**	**(41.104)**	**121.024**	**128.953**

(a) Inclui intangíveis relacionados a combinação de negócios, sendo: (i) R$ 17.947 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Triar, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço ("*PPA" – Purchase Price Allocation*) (R$ 33.060 em 2019 com base em um estudo preliminar), segregados em: R$ 13.649 alocados à relacionamentos com clientes e R$ 4.298 alocados à condições de não competição; (ii) R$ 17.801 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Capital, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço ("*PPA" – Purchase Price Allocation*), segregados em: R$ 7.392 alocados à relacionamentos com clientes e R$ 10.409 alocados à condições de não competição. A taxa de amortização média é de 11% a.a.

(b) Refere-se ao ágio pago na combinação de negócio com os grupos Triar e Capital, no valor de R$ 41.832 e R$ 38.495, respectivamente. A taxa média de amortização é de 11% a.a.

(c) Testes de recuperabilidade de ativos intangíveis e dos ágios - Os valores recuperáveis dos ativos intangíveis e respectivos ágios, registrados através dos acordos operacionais realizados com Triar e Capital, foram determinados com base no método do fluxo de caixa descontado adotando o modelo CAPM. As taxas de crescimento de longo prazo consideradas foram de 7,85% a.a. referente ao acordo operacional com a Triar e 7,96% a.a. referente ao acordo operacional com a Capital. A taxa de desconto utilizada para o teste de valor recuperável foi de 9,34%, para Triar e Capital.

Com base nos testes realizados e na expectativa e planos de negócio do Banco Andbank, a Administração concluiu não existir fatores que indiquem a necessidade de reconhecimento de perdas com a recuperabilidade dos ativos intangíveis e dos ágios reconhecidos nos acordos operacionais realizados com Triar e Capital.

(d) Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da Andbank DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil e no estudo de alocação de preço de compra ("PPA"), foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em 23 de março de 2018, o Banco assinou um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos ("Triar"), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018. Em outubro de 2019, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R$ 59.779, sendo o saldo em aberto atual de R$ 10.843 o qual será pago em 02 parcelas anuais (vide a e b acima). O saldo em aberto é atualizado com base no índice CDI.

Em 03 de julho de 2019, o Banco assinou um novo acordo operacional com a Capital Serviços de Agente Autônomos Ltda. ("Capital"), o qual teve vigência a partir do dia 1º de agosto de 2019. Em dezembro de 2020, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R$ 56.296, sendo o saldo em aberto atual de R$ 30.045 o qual será pago em 03 parcelas anuais e consecutivas e uma parcela adicional três anos posterior a data da penúltima parcela (vide a e b acima e nota 13.b). O saldo em aberto é atualizado com base no índice IPCA.

12 Depósitos

a. Composição por vencimento

	2022					2021
	À vista		A prazo		Total	Total
Vencimentos	não ligadas	ligadas	não ligadas	ligadas		
Sem vencimento	23.185	1.020	-	-	24.205	21.677
Até 30 dias	-	-	1.330	-	1.330	2.624
De 31 a 60 dias	-	-	6.496	-	6.496	3.978
De 61 a 90 dias	-	-	1.959	-	1.959	435
De 91 a 180 dias	-	-	4.496	212	4.708	20.245
De 181 a 360 dias	-	-	29.401	1.514	30.915	37.612
Acima de 360 dias	-	-	4.177	1.038	5.215	2.877
Total	**23.185**	**1.020**	**47.859**	**2.764**	**74.828**	**89.448**
Passivo circulante	**23.185**	**1.020**	**43.682**	**1.726**	**69.613**	**86.571**
Passivo não circulante	**-**	**-**	**4.177**	**1.038**	**5.215**	**2.877**

b. Composição por segmento de mercado

	2021			2021
Composição	À vista	A prazo	Total	Total
Ligadas	1.020	2.764	3.784	1.625
Governo	528	-	528	558
Pessoas físicas	18.049	20.380	38.429	48.694
Pessoas jurídicas	4.607	27.479	32.086	38.571
Total	**24.205**	**50.623**	**74.828**	**89.448**

c. Concentração por depositantes

	2022			2021
Composição	À vista	A prazo	Total	Total
10 maiores	9.862	31.200	41.062	45.015
50 seguintes	8.018	15.879	23.897	30.960
Demais	6.325	3.544	9.869	13.473
Total	**24.205**	**50.623**	**74.828**	**89.448**

13 Outras obrigações

a. Obrigações fiscais correntes

	2022	2021
IOF a recolher	385	584
Impostos e contribuições a recolher	818	1.721
Total	**1.203**	**2.305**
Passivo circulante	1.203	2.305

b. Diversas

	2022	2021
Despesas de pessoal	4.576	7.903
Fornecedores	1.394	3.390
Despesas previdenciárias	547	1.009
Valores a pagar à partes relacionadas (nota 15)	32	121
Credores diversos (a)	41.117	45.597
Outros	326	515
Total	**47.992**	**58.535**
Passivo circulante	18.565	27.350
Passivo não circulante	29.427	31.185

(a) R$ 10.843 (R$ 17.028 em 2021) referem-se às parcelas anuais a pagar ao Grupo Triar referente ao acordo operacional e R$ 30.045 (R$ 28.375 em 2021) referem-se às parcelas anuais a pagar ao Grupo Capital (vide nota 11.b).

c. Negociação e intermediação de valores

	2022	2021
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	912	2.257
Comissões e corretagens a pagar	1.724	3.144
Total	**2.636**	**5.401**
Passivo circulante	2.636	5.401

14 Provisões, passivos contingentes e obrigações legais

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Fiscais (i)	Cíveis (ii)	Trabalhistas (iii)	Total
Saldo inicial 01/01/2022	**742**	**4.150**	**809**	**5.701**
Movimentação do semestre refletida no resultado	**(19)**	**454**	**76**	**511**
Atualização / encargos	37	455	104	596
Constituição	-	-	-	-
Pagamento	-	(1)	-	(1)
Reversão	(56)	-	(28)	(84)
Saldo Final 30/06/2022	**723**	**4.604**	**885**	**6.212**
Depósito em garantia de recursos em 30/06/2022 (nota 8 b.)				**2.286**

(i) Referem-se substancialmente a uma obrigação legal decorrente do questionamento de base de ISS no montante de R$ 717 (R$ 681 em 31 de dezembro de 2021). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.

(ii) Refere-se substancialmente a ação de resolução da cessão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida pela empresa ELETRODIRETO - Central de Distribuição de Produtos S/A ("ELETRODIRETO") e cedida pelo ANDBANK à CAPAF, sendo o valor provisionado em 30 de junho de 2022 de R$ 3.700 (R$ 3.298 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, existem também ações cíveis indenizatórias, relacionadas especialmente com a atuação de arrecadação de contas via correspondente bancário praticada pelo antigo Banco Bracce S.A.

(iii) Refere-se a acordos e reclamações trabalhistas propostas contra o Banco com pedidos de verbas e direitos trabalhistas previstos em convenção coletiva dos bancários

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

Processos relacionados a Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, conforme quadro:

	2022	2021
Cíveis (a)	51.815	51.489
Trabalhistas	1.309	1.224
Fiscais (b)	7.306	7.305
Total	**60.430**	**60.018**

(a) Refere-se substancialmente a ação indenizatória civil no valor original de R$ 25.903, distribuída no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 2017, no qual o antecessor do Banco (Banco Lemon) aparece indiretamente no polo passivo do processo. O Banco somente figura nessa pois a autora incluir no polo passivo, todos os que de alguma forma figuraram na relação entre autora e ré. E ação de reintegração de posse de bens móveis no valor original de R$ 20.000, distribuída no Tribunal de Justiça de Goiás.

(b) Trata-se principalmente de ação de execução proposta pelo Município de São Paulo, referente a auto de infração sobre a cobrança de ISS. Os referidos autos de infração encontram-se em discussão em ação anulatória fiscal, com decisão que deferiu antecipação de tutela para suspenção da cobrança, aguardando julgamento.

15 Partes relacionadas

O Banco possui como controladora direta a Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os acionistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do Banco e da Andbank DTVM por possuírem controle em conjunto, sendo elas:

- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.
- APW Consultores Financeiros Ltda.

São consideradas pessoas chaves do Banco sua diretoria executiva, no 1º semestre de 2022 essa remuneração foi de R$ 390 (R$ 570 em 2021). Não há benefícios de longo prazo.

As demais entidades que não possuem controle em conjunto e que pertencem ao grupo econômico são: AndPrivate Wealth S.A. (Suiça), Andbank Advisory LLC (Miami) e Andbank Luxemburgo e APW Uruguay S.A.

O Banco manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, conforme apresentado no quadro a seguir:

	2022		2021	
	Ativo (Passivo)	**Receita (Despesa)**	**Ativo (Passivo)**	**Receita (Despesa)**
Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber (i)	183	490	9	7
Valores a pagar (i)	(3)	(131)	-	(44)
Deposito à vista	(21)	-	-	-
Deposito à prazo	(2.230)	(26)	-	-
Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber (i)	151	596	30	60
Deposito à vista	(197)	-	(1)	-
Valores a pagar (i)	(29)	(386)	(121)	-
Depósito à prazo	(212)	(32)	(1.480)	-
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Deposito em moeda estrangeira	507	65	191	-
Instrumento Financeiro Derivativo	-	-	-	13.476
Valores a receber (ii)	3.084	501	2.563	5.541
AndPrivate Wealth S.A. (Suiça)				
Valores a receber (ii)	21	21	-	-
Andbank Luxemburgo				
Valores a receber (ii)	230	(411)	1.467	789
Andbank Advisory LLC				
Valores a receber (ii)	643	372	1.664	1.410
APW Uruguay S.A.				
Valores a receber (ii)	2	-	36	-
APW Consultores Financeiros				
Valores a receber (ii)	-	49	-	-
Depósito à prazo	(258)	(6)	-	-
Pessoas físicas				
Depósito à vista	(802)	-	(144)	-
Depósito à prazo	(64)	(2)	-	-
Total Instrumento Financeiro Derivativo	**-**	**-**	**-**	**13.476**
Total Deposito em moeda estrangeira	**507**	**65**	**191**	**-**
Total a receber - Outros Créditos Diversos	**4.317**	**1.618**	**5.769**	**7.807**
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	**(32)**	**(517)**	**(121)**	**(44)**
Total Depósito à Vista	**(1.020)**	**-**	**(145)**	**-**
Total Depósito à Prazo	**(2.764)**	**(66)**	**(1.480)**	**-**

(i) Referem-se a valores a receber e a pagar relacionados a rateio de despesas.
(ii) Referem-se a valores a receber relacionados a prestação de serviços e reembolsos de despesas.

Em 30 de junho de 2022, o Banco possui R$ 2.536 (R$ 2.486 em 2021) em empréstimo concedido a diretores da instituição, geando resultado de R$ 173. Este empréstimo segue as diretrizes da Resolução 4.693/18 do Conselho Monetário Nacional.

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital subscrito e integralizado em 30 de junho de 2022 esta composto por 590.939.513 ações ordinárias (590.939.513 em 2021), sem valor nominal.

Em 3 de maio de 2021, foi deliberado o aumento de capital do Banco Andbank através da emissão de 148.670.533 novas ações ordinárias nominativas, totalizando um aumento de R$ 65.235. Com o aumento, o capital social passou de R$ 251.871 para R$ 317.106. O processo de aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 17 de maio de 2021.

Em 18 de dezembro de 2020, foi deliberado o aumento de capital do Banco Andbank através da emissão de 66.955.610 novas ações ordinárias nominativas, totalizando um aumento de R$ 30.155. Com o aumento, o capital social passou de R$ 221.716 para R$ 251.871. O processo de aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de janeiro de 2021.

Conforme previsto no estatuto social, o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Administração julgar incompatível com a situação financeira do Banco, podendo o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária, que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.

b. Reservas de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Em fevereiro de 2019, em decorrência da incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., foi constituída reserva de reavaliação no valor de R$ 3.411, representado pelo ativos intangível identificáveis na incorporação. Essa reserva é amortizada contra lucros e prejuízos acumulados simultaneamente a amortização do ativo que a originou. O saldo em 30 de junho de 2022 é de R$ 2.388 (R$ 2.475 em 31 de dezembro de 2021).

c. Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

d. Outros resultados abrangentes

Os valores líquidos dos efeitos tributários dos ajustes de avaliação patrimonial dos títulos classificados na categoria de disponíveis para venda em 30 de junho de 2022 foi de R$ 1.616 de desvalorização e de R$ 1.543 em 31 de dezembro de 2021 de desvalorização.

17 Receitas de prestação de serviços

	Junho 2022	Junho 2021
Rendas de intermediação (a)	13.332	17.657
Remuneração operação estruturada (b)	1.894	1.326
Rendas de corretagem de câmbio	610	322
Rendas de serviços de custódia	371	373
Rendas de garantias prestadas	-	-
Total	**16.207**	**19.678**

(a) Refere-se principalmente a rebate sobre taxa de administração e performance de fundos distribuídos por conta e ordem.

(b) Refere-se substancialmente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito.

18 Despesas de pessoal

	Junho 2022	Junho 2021
Proventos	(10.023)	(8.501)
Encargos Sociais	(3.446)	(4.330)
Benefícios	(3.089)	(2.181)
Pro labore	(392)	(571)
Remuneração de estagiários	(131)	(147)
Treinamento	(28)	(21)
Total	**(17.109)**	**(15.751)**

19 Outras despesas administrativas

	Junho 2022	Junho 2021
Serviços do sistema financeiro (a)	(8.329)	(15.123)
Processamento de dados (c)	(3.592)	(5.137)
Serviços técnicos especializados (b)	(1.487)	(2.160)
Aluguéis	(1.414)	(1.388)
Comunicações	(502)	(530)
Serviços de terceiros	(297)	(244)
Transporte	(70)	(147)
Viagens	(132)	(57)
Publicação	48	(102)
Outras (d)	(1.871)	(1.254)
Total	**(17.646)**	**(26.142)**

(a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados à gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.

(b) Representam gastos com consultorias de sistemas e processos.

(c) Refere-se substancialmente a serviços prestados por assessoria jurídica e financeira.

(d) Inclui despesas com eventos, representações e brinde no montante de R$ 380 (R$ 122 em 2021).

20 Outras receitas operacionais

	Junho 2022	Junho 2021
Prestação de serviços de exportação (a)	879	4.242
Recuperação de despesas (b)	-	3.467
Reversão de provisões operacionais	137	510
Variações monetárias ativas	100	33
Interbancária	3	6
Outras receitas operacionais (c)	6.462	33
Total	**7.581**	**8.291**

(a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria.

(b) Em 2021 representado principalmente por ressarcimento de custos incorridos no desenvolvimento e implantação de processos e softwares gerado internamente no montante de R$ 1.998, de despesas com consultoria no montante de R$ 799, despesas com marketing R$ 208 e de despesas com expatriados no montante de R$ 181.

(c) Em 2022 refere-se a reversão parcial de acordo operacional em R$ 6.235.

21 Outras despesas operacionais

	Junho 2022	Junho 2021
Amortizações e depreciações	(10.545)	(8.376)
Constituição e Atualização de provisão fiscal, cível e trabalhista (nota 14)	(596)	(380)
Interbancária	(3)	(5)
Reversão de depósitos judiciais	(8)	-
Outras (a)	(1.867)	(2.281)
Total	**(13.019)**	**(11.042)**

(a) Inclui R$ 1.670 (R$ 1.200 em 2021) referente às despesas financeiras com o acordo operacional da Capital.

22 Imposto de renda e contribuição social

Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	**Junho 2022**	**Junho 2021**
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(16.710)**	**(7.276)**
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 2.2.10)	7.520	3.274
(Inclusões) Exclusões Permanentes	**(2.179)**	**(2.255)**
Amortização de ágio	(1.989)	(2.015)
Participações em controladas	(26)	(59)
Reserva de reavaliação	(39)	(39)
Outras despesas não dedutíveis	(125)	(142)
(Inclusões) Exclusões Temporárias (a)	**(5.706)**	**(1.885)**
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(365)**	**(866)**
Imposto corrente	-	-
Imposto diferido	(365)	(866)

(a) Crédito tributário não ativado.

23 Outras informações

a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução n° 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN)/ que versa sobre o Acordo de Basiléia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basiléia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1 de março de 2013, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

Em 08 de Janeiro de 2015 o Andbank adquiriu 100% das ações do Banco. Com isso a Andbank DTVM Ltda. e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas.

Em 30 de junho de 2022, o índice de Basiléia do Banco (Prudencial) é de 29,92% (43,93% em 31 de dezembro de 2021).

	30/06/2022	**31/12/2021**
Capital Principal antes das deduções	319.589	319.675
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(243.129)	(226.985)
Patrimônio de Referência (PR)	76.460	92.690
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(56.019)	(75.813)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	20.441	16.877

b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, registrados em contas de compensação, no montante de R$ 1.403.249 (R$ 677.873 em 31 de dezembro de 2021).

c. Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das demonstrações financeiras e auditoria para o período findo em 30 de junho de 2022, não prestaram outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente.

24 Estrutura de gerenciamento Contínuo e Integrado de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Andbank Brasil considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

- **Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comité de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

- **Gerenciamento do risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;
- Preços de mercado ("commodities").

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comité de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Gerenciamento do risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável.

O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comité de Riscos pra conhecimento da Diretoria do Banco.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamento" entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Gestão de Capital**

O processo de gerenciamento de Capital do Banco leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado.

Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base solida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP assim como pelo Comité de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Divulgação das informações relativas a gestão de riscos**

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (https://www.andbank.com/brasil/governanca/).

São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional;
b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital
c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3;
d) Formulário de referência; e
e) Notas explicativas às demonstrações financeiras.

25 Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

26 Resultados não recorrentes

Conforme artigo 34 da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, apresentamos abaixo o resultado não recorrente:

		30/06/2022	30/06/2021
Resultado		**(17.075)**	**(8.142)**
Resultados não recorrentes		**6.235**	**5.763**
Acordo operacional	(a)	6.235	-
Reembolso de despesas	(b)	-	3.467
Venda de ativos não operacionais	(c)	-	3.306
Serviços de terceiros		-	(710)
Contingência trabalhista		-	(300)
Resultados recorrentes		**(23.310)**	**(13.905)**

(a) Refere-se a reversão parcial de provisão de pagamentos futuros do acordo operacional com a Triar conforme previsto em contrato face a retirada antecipada de banqueiros.
(b) Reembolso de despesa – Vide nota 20.
(c) Venda de ativos não operacionais – Refere-se substancialmente ao ganho de R$ 3.219 na venda de bem imóvel recebido em garantia o qual estava registrado em Outros Valores e Bens.

27 Eventos subsequentes

Em 06 de julho de 2022, Banco Andbank Brasil S.A. ("Banco Andbank"), Andbank DTVM Ltda. ("Andbank DTVM"), sua controladora, Andorra Banc Agricol Reig S.A. ("Andorra Banc") e, do outro lado, Creditas Financial Solutions, LLC ("Creditas LLC") firmaram contrato de compra e venda de ações. Os principais eventos desse contrato foram os seguintes:

a) Transferência do controle acionário do Banco Andbank para Creditas LLC , mediante a entrega de ações da Creditas Financial Solutions Ltd ao Andorra Banc;

b) Opção de venda detida pela Creditas LLC de 100% das quotas da Andbank DTVM à Andorra Banc que, se não exercida, dará a opção de compra por Andorra Banc de 75% das quotas da Andbank DTVM;

c) Reestruturação societária para transferência do business de private banking do Banco Andbank à Andbank DTVM; e

d) Prestação de serviço entre Andbank DTVM e o Grupo Creditas no Brasil.

O fechamento da operação de compra e venda das ações estará condicionada à aprovação das autoridades relevantes, incluindo o Banco Central do Brasil (BACEN), a Autoridade Financeira de Andorra (AFA - Autoritat Financera Andorrana), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), entre outras condições precedentes.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), publicou no Diário Oficial da União, sua aprovação da operação em 15 de agosto de 2022.

Em 06 de julho de 2022 foi celebrado também contrato comercial entre Banco Andbank e Creditas Soluções Financeiras Ltda. ("Creditas Soluções Financeiras"), estabelecendo (i) serviços de indicação de operações de cessão de créditos originados pelo Grupo Creditas e (ii) a prestação de serviço pela Creditas Soluções Financeiras para a cobrança dos direitos creditórios que forem adquiridos pelo Banco Andbank.

* * *